

RESENHA

Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Org: Rute Imanishi Rodrigues. - Rio de Janeiro :Ipea, 2016. 234.p

Por Fernanda Barros
Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

A obra discorre sobre o conjunto de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, à luz da pesquisa etnográfica, bem como desenvolve a trama a partir da perspectiva dos moradores (a) e dos autores (a) paralelamente. Além disso, objetiva desenhar o espaço físico e a sociabilidade em sua diversidade e riqueza. Nesse sentido, o livro almeja aproximar sujeitos distantes e olhares distintos, sobretudo com a desconstrução de ideias estereotipadas a respeito do complexo de favelas.

A coletânea de artigos aponta para o histórico das favelas preditas, com ênfase para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O ápice da pesquisa recai sobre os relatos biográficos e sua relação com o poder público, quais sejam as possibilidades do desenvolvimento sócio-econômico local. Desse modo, o livro aborda a concepção histórica dos agentes governamentais, pesquisadores, ativistas sociais e moradores das favelas do Rio de Janeiro. Adiante, acomoda as ações do Estado, instrumentalizado nas políticas públicas e sua interação com os moradores. Para além e acima da implementação das técnicas de planejamento e pesquisa, o estudo se propõe a descortinar a sociabilidade nas favelas: em sua vida social e política.

Nesses meandros, o primeiro capítulo, intitulado **“Cenas históricas da participação popular na constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro”**, de Marize Bastos da Cunha, versa sobre a interação entre educadores comunitários moradores de favelas atuantes em programas públicos e organizações não governamentais (ONGs). Segundo a pesquisadora, a ideia é vasculhar a história dos educadores nas “fronteiras”, ou seja, no campo de atuação dos agentes sociais que se constitui as alianças e disputas. De acordo com Marize, a “fronteira” é tema de análise e

participação popular, visto que sob este ângulo a participação popular irá impulsionar formulações e práticas políticas governamentais. Principalmente, com a captura dos múltiplos olhares, experiências biográficas e apreensão do crivo social que ilustra o campo de embate político das favelas do Rio de Janeiro. Portanto, a autora percorre os anos de 1950 até a era das remoções, com o objetivo de compreender a participação popular no âmbito da configuração social das favelas, em seus distintos contextos históricos. (CUNHA, 2016, p.17).

Ao fim e ao cabo, no final da década 60, Marize assevera que começam as primeiras experiências de urbanização de favelas, uma delas resultante do movimento de Brás de Pina, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (Codesco). A proposta de urbanização ganha espaço no Congresso de Favelas da Fafeg, sob o lema “Urbanização sim, remoção não”. Outrossim, a heterogeneidade de agentes sociais nesse contexto se conforma nos filiados ao Partido Comunista, gente de ação católica e da AP [Ação Popular], picaretas e cabos eleitorais.

No conjunto, os processos sociais narrados por Marize testificam quanto às contradições do Estado do bem-estar social e a política no Brasil. Noutros termos, os moradores de favela inauguraram a reivindicação daqueles não tem, aqueles excluídos do acesso ao perímetro urbano. À vista disso, a autora revelou que o poder público objetivava a contenção da pobreza e nesta dinâmica foram construídos espaços de fronteira, cujos mesmos denunciavam a desigualdade de acesso dos moradores de favela às zonas de socialização e pertencimento das cidades.

O segundo capítulo, sob o título **“Uma construção complexa: necessidades básicas, movimentos sociais, Governo e mercado”**, de Rute Imanishi Rodrigues, apresenta o histórico da expansão territorial e populacional das favelas que fazem parte do Complexo do Alemão de 1950 até a década de 1990, época em que a área foi delimitada como região administrativa (RA) e bairro da cidade do Rio de Janeiro. Os principais objetivos da pesquisa recaem sobre a identificação das nuances principais: da atuação do governo nessas favelas no que diz respeito às ações de urbanização e compreender como tal atuação influenciou a conformação desse território, assim como o seu padrão de urbanização. Cabe destacar que o capítulo foi tecido a partir de uma reflexão sobre os resultados de um conjunto de pesquisas realizadas pelo Ipea entre 2010

e 2013 sobre e no Complexo do Alemão (Ipea, 2010; 2011; 2013; Couto, 2014), assim como dos materiais colhidos nas discussões mensais suscitadas pelo Instituto Raízes em Movimento. Com vistas a debater questões atuais do Complexo com moradores e pesquisadores entre 2013 e 2015, Rute discute a partir do ponto de vista interno das favelas as relações de poder que produzem transformações profundas. Sobretudo pelo entendimento dos moradores de favelas com relação aos traficantes: a seu ver, esses seriam os verdadeiros donos dos morros em 1980. E a queda dos mesmos ocasiona a desterritorialização dos presidentes de associações de moradores. Tal dinâmica fez com que se reduzisse a representatividade das associações junto aos moradores, bem como sua autonomia na tomada de decisões. Ademais, o programa governamental de urbanização Favela-Bairro (1999-2000) foi uma das novidades no Complexo do Alemão, porém a crítica é que o mesmo aconteceu sem que tivesse caráter amplo de intervenção.

Desse modo, a autora delineou que o enfoque dado à política de segurança iria se desencadear, em 2007, na concepção do projeto de urbanização proposto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Complexo do Alemão, suscitado no modelo colombiano, no qual a urbanização e a “pacificação” das favelas fizeram parte do mesmo programa (RODRIGUES, 2016, p.68).

Em perspectiva comparada, o capítulo sob as prescrições de Thiago Oliveira Lima Matioli, de título **“Notas sobre o surgimento do bairro do Complexo do Alemão”**, disserta sobre o levantamento por informações sobre esse lugar, descobre-se que se trata da XXIX Região Administrativa (RA) – Complexo do Alemão, criado pelo Decreto Municipal no 6.011, de 4 de agosto de 1986, e delimitada desde a aprovação da Lei Municipal no 2.055, de 9 de dezembro de 1993. Segundo o autor, esses dados fornecem marcos temporais interessantes para se pensar as dinâmicas por trás da produção do Complexo do Alemão como um novo espaço da cidade. Doutra forma, possibilitam identificar em que momento se formou um conjunto contíguo de favelas, com histórico de ocupações e dinâmicas sociais distintas. O teórico acomoda as situações do comércio ilegal de entorpecentes na escala de pertença e reorganização interna do território por seus moradores e moradoras. Assim como ele entrevê a ação dos novos atores políticos, como organizações não governamentais (ONGs) ou coletivos, que estabelecem suas demandas a partir desse espaço. Tais organizações sociais geram alianças e conflitos, a

exemplo das megaoperações, de 2007 e 2010, até a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Em suma, o Complexo do Alemão é um substantivo genérico, termo aplicado pelo autor a uma homogeneidade geográfica e heterogeneidade social e cultural.

O capítulo **“Políticas públicas e participação social no PAC das favelas”**, de Bruno Coutinho de Souza Oliveira, examina as relações sociais produzidas nas arenas políticas específicas, pelo conjunto de atores sociais em processos participativos e arranjos sociais complexos. O locus de observação recai sobre o PAC e seu conjunto de novos apartamentos no Complexo do Alemão, distribuídos em sete conjuntos habitacionais (Adeus; Poesi; Itaoca 1.174; Itaoca 1.833; Condomínio da Paz – Hélio Gás; Residencial Beija-flor; e Residencial Canário), mais os arrendados do PMCMV (Jardim das Acácias e Residencial Palmeiras). Para Souza, a participação social na implementação do PAC no Complexo do Alemão aconteceu de modo multiformatado, se distanciando dos padrões participativos definidos pelas secretarias de governo responsáveis pela elaboração do programa. Doutro modo, o conceito de urbanismo social materializou-se fora dos parâmetros institucionais especificados nos manuais governamentais. Em linhas gerais, as relações pessoais culminaram em limites tênues entre o institucional e o casual. Haja vista que as unidades habitacionais, ao mesmo tempo em que se tornaram moeda de troca, tornaram substancial o direito à moradia. Rechaçando, na percepção do autor, a estratégia do jogo político entre candidatos e eleitores à aquisição de votos.

Em continuidade, o quinto capítulo de Natália Helou Fazzioni, **“Entre novos e velhos sintomas: apontamentos sobre saúde e doença”**, adverte quanto aos problemas sanitários que acometem os moradores de favela. A estudiosa amplia as discussões colhidas em depoimentos e analisa as transformações ocorridas no campo da saúde no Complexo do Alemão, ao longo dos trinta anos. Nesse sentido, a precarização dos serviços básicos de saúde começa a suscitar nos espaços populares e seus respectivos sujeitos a participação social e institucional. Sendo assim, em 2003, o Complexo do Alemão inicia a arregimentação das unidades de saúde voltadas para os seus moradores. Embora as conquistas sejam indiscutíveis, sob o ponto de vista material, a pesquisadora anuncia que novos problemas se colocam, a exemplo do “inchaço das equipes” e a dificuldade de acesso aos médicos especialistas, conflitos estes impostos pelo próprio

cotidiano do Complexo do Alemão. Nesse enredo, a violência, a pobreza, falta de saneamento básico, educação, moradia adequada, urbanização, entre outros, refletem a realidade na vida e nos corpos dos moradores. Sob a observação da teórica, todos estes malefícios estão condicionados às condições de vida, o que acaba corroborando ao nascimento de doenças psíquicas, haja vista o grau de degradação socioambiental. Ainda que sob a visão estatal, avanços tenham sido dados com a implementação de unidades de saúde no local.

Logo em seguida, no sexto capítulo, **“A Serra da Misericórdia como uma zona de sacrifício do Rio de Janeiro”**, fruto da pesquisa de Éric Vidal Ferreira da Guia, evidenciou-se a injustiça ambiental por intermédio do levantamento de dados sobre as condições ambientais da região da Serra da Misericórdia, na parte central da AP3. Em termos distributivos, o autor aponta para a dinâmica de construção do espaço. Nesse aspecto, o autor observou que a divisão territorial do trabalho da metrópole carioca se fez com a atividade agrícola e a extração dos recursos minerais voltados para construção civil até o final do século XIX. Assim como a formação da área industrial e local de residência das classes subalternas. Esse modelo urbano de segregação possibilitou a vulnerabilidade da maioria da população - com o estímulo, a seu ver, a empreendimentos industriais poluentes e da não oferta de direitos essenciais, como saneamento e habitação -, que convive com o desfavorecimento, em termos da qualidade ambiental, de seus locais de moradia. Neste caso, a Serra da Misericórdia, para o pesquisador, se projeta enquanto área de exploração mineral. Sobretudo com a inserção do modelo “cidade olímpica”, tornando árida a vida da população ao seu entorno. O estudioso afirma que, após quinze anos de projetos ambientais, os “parques de papel” se constituem em instrumentos jurídicos que não são colocados em prática pela administração pública. Em suma, para ele a preservação ambiental só acontecerá se vier acompanhada da justiça social e não da técnica, do mercado e do capital.

Corroborando as teses iniciais, Patricia Lânes Araújo abre o sétimo capítulo intitulado **“Mobilizações, Projetos Sociais e Juventude em favelas cariocas: um olhar a partir dos eventos #OCUPAALEMÃOÀS9H E #OCUPABORELÀS9H”**. A autora se reporta à proposição de eventos, nas redes sociais, de ocupação e denúncia quanto às atrocidades cometidas pelas autoridades de segurança pública nas UPPs, a exemplo do

toque de recolher nas favelas “pacificadas”. Ao monitorar as mobilizações nas redes sociais, Patricia mergulha sobre as relações cotidianas entre moradores e policiais. Em contrapartida, o poder público, sob seu olhar, mitiga a situação dos abusos de autoridade com a criminalização dos movimentos sociais, sobretudo entre grupos populares e favelas. Sobressaem, nesse tipo de interação entre Estado e comunidade de favelas, o discurso da violência e a transformação do manifestante em vândalo.

Sob as prescrições da pesquisadora, o *Ocupa Alemão* expõe o “movimento da juventude da favela”, destacando a ação dos jovens e não por instituições, a partir da “ocupação do espaço público”. Outrossim, o termo *Ocupa* é análogo ao movimento *Occupy Wall Street* que havia ocorrido em 2002. Os movimentos sociais de favela buscam a ressignificação do próprio território e mobilizam os sujeitos para construção de luta e ação. Neste sentido, a autora frisa as tecnologias de informação enquanto molas propulsoras de ação, para organização de movimentos sociais mais amplos. Em contrariedade à premissa dos policiais das favelas enquanto espaço de territórios do tráfico de drogas, tais ações que aludem ao embate com os moradores de favela e à ideia de pertencimento deveriam ser vistos e reconhecidos.

Já Felícia Picanço aborda duas biografias de jovens oriundos de favelas: Bruno e Carlos, entre 14 e 16 anos. Estes se constituem pontes de acesso para se verificar a entrada no tráfico de drogas, no oitavo capítulo, **“Filhos de suas mães: notas preliminares de pesquisa sobre a juventude e o tráfico de drogas no contexto de pacificação”**. Convém destacar que as histórias percorridas fazem parte de um conjunto de entrevistas. Nesse sentido, os dois personagens inauguram a transição entre a concepção do bandido e o trabalhador à luz da perspectiva de suas mães.

O começo no mundo da criminalidade envolve os jovens através da subdivisão dos serviços prestados e incorporação de fato. Confirmando o senso comum, a pesquisadora admite neste arranjo a necessidade de sobrevivência às circunstâncias e o processo de socialização do grupo mais velho, associados ao poder de consumo, que arregimentam os jovens ao narcotráfico. Ainda nesse enfoque, a autora identifica as relações fluidas construídas na família e na escola. A violência familiar se coaduna à socialização violenta e a “rua” se situa como local seguro. Ao mesmo tempo, existe o

sonho de construir uma família e a adequação ao padrão cultural vigente, tanto pelos jovens quanto pelos seus familiares.

No cômputo geral, a pesquisadora julga haver transformações no tráfico de drogas, ou seja, na perspectiva da autora, são requisitadas novas qualidades ao traficante. A seu ver, tais qualificações desenvolveriam maior habilidade para lidar com os moradores no entorno, devido às possíveis delações e à discrição nos ganhos obtidos com a comercialização de ilícitos. Em última instância, Felícia assume que os códigos estão sendo reinventados e nossos informantes parecem não ter enquadramentos e repertórios para os *scripts* que estão sendo reescritos.

Em confluência, Eugenia Motta, no capítulo nove, intitulado “**Economia Cotidiana**”, sugere, através do olhar etnográfico na favela Aliança, parte do Complexo do Alemão, a atenção às práticas econômicas cotidianas. Doutro modo, o exame recai sobre as fronteiras marcadas entre esferas da vida, entre casas, entre objetos e pessoas, entre economia e parentesco. Dessa maneira, a pesquisadora afirma que na casa as práticas econômicas cotidianas na favela se tornam inteligíveis, ao mostrar as formas pelas quais estão entrelaçadas às práticas familiares e às transformações dos espaços. Neste ângulo, a ideia principal é desfazer os estereótipos socialmente construídos a respeito dos pobres e suas necessidades. Sendo assim, o material colhido pela estudiosa atesta que as pessoas não estão condicionadas pela falta, ao contrário. De modo geral, a autora postula que as casas não são universos fechados, e as práticas que ocorrem dentro ou fora dela não distinguem a natureza das relações que elas engendram. Em simetria, fica possível enxergar a centralidade das mulheres, que são as responsáveis por boa parte da gestão dos recursos na casa e das trocas entre casas.

No último capítulo, Adriana Facina, em “**Vamos desenrolar: reflexões a partir de um projeto de extensão universitária no Complexo do Alemão**”, confecciona a narrativa acerca das culturas de sobrevivência a partir do projeto de extensão da UFRJ que coordenou junto com Alan Brum, sociólogo e liderança comunitária do Complexo do Alemão (2014). A autora conta que a ideia teve origem na ONG Raízes em Movimento, bem como apontava para a necessidade de interação e registro das memórias dos moradores mais antigos do Complexo do Alemão, articulando-as com questões que, no presente, interessam aos moradores daquele lugar, bem como a outros atores na cidade.

Após sucessivos eventos marcados por fatos políticos, históricos e sociais relevantes, a autora explicitou que, com o conhecimento produzido na rua, o *Projeto Vamos Desenrolar* culminou na formação de identidades que fomentariam a construção das políticas públicas e direitos humanos. Apesar destas ações, a autora assinalou a formação de um centro de documentação e memória: o Centro de Pesquisa, Memória e Documentação do Complexo do Alemão (Cepedoca), afinado ao Instituto Raízes em Movimento.

O conjunto de medidas efetivadas pelo projeto de extensão se liga à mira democrática e plural da história da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, segundo a teórica, a favela se constitui patrimônio e memória, ainda que se postulem fronteiras. Para finalizar, **o epílogo** conduz ao histórico do Complexo do Alemão desde a colonização até as delimitações espaciais, político-sociais e geográficas em meados o século XX. Toda a paisagem é estampada a partir de caricaturas e versos que desenham a engenharia social do Complexo do Alemão.

Em linhas gerais, a pesquisa é imprescindível para captação da diversidade de experiências estruturais e estruturantes dos diferentes atores sociais engendrados no conjunto de favelas do Complexo do Alemão. Nesse aspecto, as pesquisas suscitadas possibilitam ao leitor a ruptura de preconceitos, bem como indica os moradores, em parceria com as ONGs, movimentos sociais, enquanto sujeitos na construção e fiscalização de políticas públicas. Assim como refuta qualquer conteúdo de ordem da subalternidade, principalmente pelo protagonismo assumido pela coletividade predita, sobretudo com as novas ferramentas digitais (Tics)¹, no enfrentamento às deliberações do governo. Sob o prisma cultural, amplia as discussões com riqueza de detalhes e aprofunda o olhar sobre a necessidade de preservação das construções sociais e patrimoniais, que transcrevem a arte da resistência e luta cotidiana de seus moradores. Outrossim, enfatiza os percalços para proteção ambiental em meio a flexibilização do poder público ante aos imperativos econômicos das empreiteiras de mineração e/ou especulação imobiliária. Em adendo, a obra delinea a lacuna de serviços sociais básicos que atingem perversamente seus moradores, quais sejam: a escassez de água potável,

1

Tecnologias de informação e comunicação.

coleta de lixo, rede de saneamento básico, iluminação pública e urbanização. Necessidades estas que marcam os avanços e limites dos direitos humanos, bem como explicitam a dinâmica da desterritorialização dos indivíduos e evoca os questionamentos a respeito da cidadania. Para finalizar, a obra recria tensões, por indagar as iniciativas suscitadas pelo poder público em contraposição às necessidades básicas dos moradores de favelas.

A obra está disponível em:

www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_VidaSocial_WEB.pdf